

Estratégia de Desenvolvimento Local

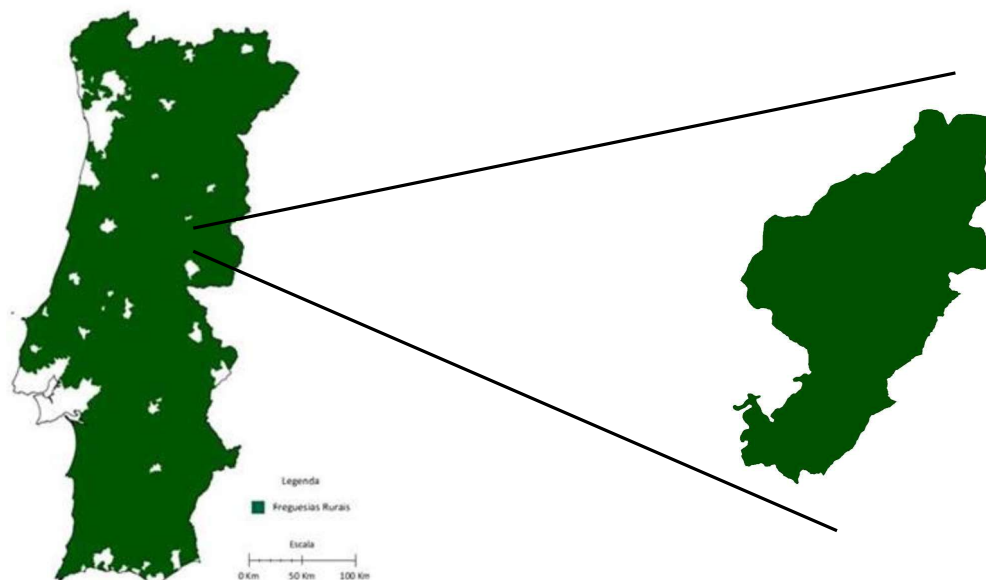
NOME BENEFICIÁRIO	GAL ADERES
NIFAP	7406794
DESIGNAÇÃO	ESTRELA-SUL 2023-2027
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. Caracterização do Território de Intervenção

O território de intervenção do GAL ADERES compreende 15 freguesias rurais localizadas nos concelhos da Covilhã e do Fundão e situa-se na área geográfica interior do centro de Portugal, na sub-região NUT III: Beiras e Serra da Estrela; e da NUT II: Centro.

Geograficamente o território insere-se na Cordilheira Central e integra as Serras da Estrela ao norte, da Gardunha a sudeste, do Açor a oeste e do Moradal a sul, e é atravessado pelo rio Zêzere.

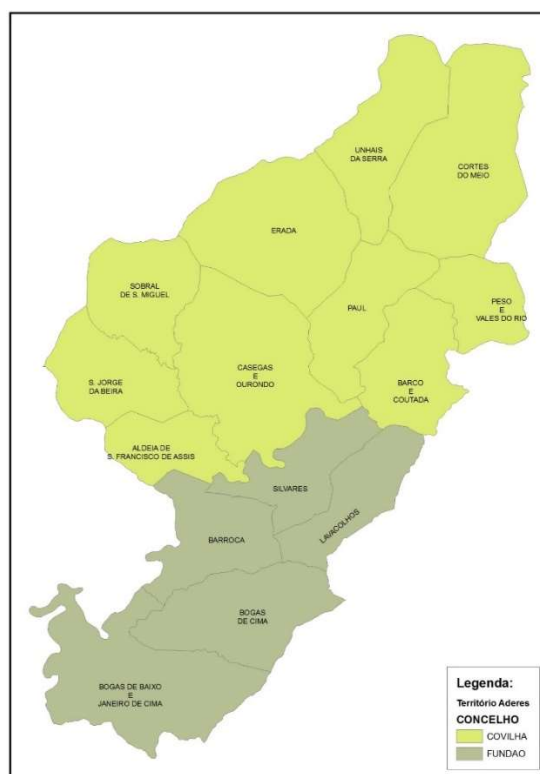
Figura 1- Mapa da Zona Geográfica sub-regional: Estrela-Sul



Fonte: GPP

O GAL ADERES Estrela-Sul é uma parceria multisectorial constituída por 77 parceiros, cujo território de intervenção compreende 15 freguesias rurais localizadas nos concelhos da Covilhã e do Fundão (Figura 2).

Figura 2 - Mapa do Território Estrela-Sul



Fonte: DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária 2014-2020, GAL Rural ADERES Estrela-Sul.

Tabela 1 – Tipologia das Freguesias do Território de Intervenção do GAL Estrela-Sul e respetiva população em 2021

Concelhos	Freguesias	População	Tipologia
Covilhã			
1	Aldeia de S. Francisco de Assis	489	Rural
2	Cortes do Meio	746	Rural
3	Erada	575	Rural
4	Paúl	1 363	Rural
6	São Jorge da Beira	504	Rural
6	Sobral de São Miguel	294	Rural
7	Unhais da Serra	1 048	Rural
9	U. F. de Barco e Coutada	723	Rural
8	U. F. de Casegas e Ourondo	598	Rural
10	U. F. de Peso e Vales do Rio	1 256	Rural
Fundão			
11	Barroca	378	Rural
12	Bogas de Cima	328	Rural
12	Lavacolhos	180	Rural
14	Silvares	968	Rural
15	U. F. Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	425	Rural
Total do território Estrela-Sul (1 a 15)		9 875	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2021)

2. Parceria

2.1. Relação de Associados/Parceiros do GAL ADERES, por Setor de Atividade, para o qual contribui na EDL

Setor de Atividade	Quantidade	%
Agricultura	7	9,21
Agroalimentar	3	3,95
Ambiente	1	1,32
Educação	2	2,63
Floresta	4	5,26
Industria	2	2,63
Outra	32	42,11
Património/Cultura	5	6,58
Social	12	15,79
Turismo	8	10,53
TOTAL	76	100,00

2.2. Relação de Associados/Parceiros do GAL Rural ADERES Estrela-Sul por Tipologia de Entidade

Tipologia de Entidade	Quantidade	%
Privada	58	76,31
Público	18	23,68
TOTAL	76	100,00

3. Modelo Organizacional do GAL ADERES Estrela-Sul

3.1. Nível de coordenação política

A Direção política da ELD é a ADERES.

3.2. Nível de coordenação técnica, além das competências de gestão, acompanhamento e controlo

A. COMPETÊNCIAS DO GRUPO DE ACÇÃO LOCAL (GAL)

O GAL ADERES é responsável pela execução de uma Estratégia Desenvolvimento Local de Base Comunitária aprovada pela Autoridade de Gestão, e na aceção do artigo 33.º do Regulamento (UE) n.º 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, deverá:

1. Os Grupos de Ação Local concebem e executam as estratégias referidas no artigo 31.º “Desenvolvimento Local de Base Comunitária”, n.º 2, alínea c);
2. As Autoridades de Gestão garantem que os Grupos de Ação Local sejam inclusivos e seleccionem um parceiro, no interior do grupo, como parceiro principal para as questões administrativas e financeiras, ou se associem numa estrutura comum legalmente constituída.

3. As seguintes funções devem ser realizadas exclusivamente pelos Grupos de Ação Local:

- a) Reforçar a capacidade dos agentes locais para desenvolver e executar operações;
- b) Estabelecer um procedimento e critérios de seleção transparentes e não discriminatórios, que evitem conflitos de interesses e assegurem que nenhum grupo de interesses possa, por si só, controlar as decisões de seleção;
- c) Elaborar e publicar convites à apresentação de propostas;
- d) Selecionar as operações e fixar o montante do apoio, e apresentar as propostas ao organismo responsável pela verificação final da elegibilidade antes da aprovação;
- e) Acompanhar os progressos realizados na consecução dos objetivos da estratégia; e
- f) Avaliar a execução da estratégia.

4. Se desempenharem funções não abrangidas pelo n.º 3 que sejam da responsabilidade da Autoridade de Gestão, ou do Organismo Pagador, caso o FEADER seja selecionado como Fundo Principal, estes Grupos de Ação Local são designados pela Autoridade de Gestão como organismos intermédios em conformidade com as regras específicas dos Fundos.

B. ÓRGÃO DE GESTÃO (OG)

- a) Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL);
- b) Cumprir com as recomendações relativas à garantia da participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL definida e, se necessário, proceder a alterações na EDL, de forma a alcançar os objetivos propostos;
- c) Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias;
- d) Aprovar o “Manual de Procedimentos” proposto pela Equipa Técnica Local (ETL), garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas da autoridade de gestão;
- e) Definir os critérios de seleção a aplicar, no âmbito das intervenções previstas na D.1 “Desenvolvimento local de base comunitária do PEPAC – Continente” “Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)”, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, e em coerência com os objetivos definidos na EDL;
- f) Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento da EDL e dos fundos públicos colocados à sua disposição, no âmbito das intervenções previstas na D.1 “Desenvolvimento Local de Base Comunitária do PEPAC – Continente” “Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)”;
- g) Apresentar à Autoridade de Gestão os Pedidos de Apoio e à entidade pagadora os Pedidos de Pagamento, no âmbito das intervenções previstas na D.1 “Desenvolvimento Local de Base Comunitária do PEPAC – Continente” Preparação Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL); Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL); Custos de funcionamento, animação e Cooperação GAL);

- h) Decidir sobre os Pedidos de Apoio apresentados às intervenções previstas na D.1 “Desenvolvimento Local de Base Comunitária do PEPAC – Continente” - “Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)”, após a verificação dos critérios de elegibilidade e de seleção, quando aplicáveis, da verificação das condicionantes pré-contratuais e da verificação dos demais requisitos exigidos pela legislação comunitária e nacional aplicável, de acordo com as normas de procedimento;
- i) Decidir sobre os Pedidos de Pagamento apresentados pelos Beneficiários às intervenções previstas na D.1 “Desenvolvimento Local de Base Comunitária do PEPAC – Continente” - “Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)”, enviando a informação para posterior emissão da Autorização de Despesa;
- j) Analisar as propostas dos avisos de abertura de concursos às intervenções previstas na D.1 “Desenvolvimento Local de Base Comunitária do PEPAC – Continente” - “Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)” apresentadas pela ETL, definindo as tipologias de investimento ou ações a financiar em função da execução da EDL, e submetê-las à aprovação da Autoridade de Gestão;
- l) Assegurar a organização do processo de validação dos documentos de suporte à tomada de decisões;
- m) Exercer funções de acompanhamento e controlo das operações financiadas pelo DLBC;
- n) Exercer quaisquer outras competências que sejam acordadas com a Autoridade de Gestão;
- o) Aprovar os relatórios de execução anual e final da EDL; e
- p) Decidir sobre alteração, extinção, prorrogação, transmissão, redução e exclusão dos apoios.

C. ESTRUTURA TÉCNICA LOCAL (ETL)

As principais competências da ETL são as seguintes:

- a) Elaborar o «Manual de Procedimentos» relativo ao processo de apresentação e análise dos Pedidos de Apoio, dos Pedidos de Pagamento, acompanhamento e execução das operações, de acordo com as orientações técnicas da Autoridade de Gestão do PEPAC Continente e submetê-lo à aprovação do Órgão de Gestão;
- b) Elaborar as propostas dos avisos de abertura de concurso às intervenções previstas na D.1 “Desenvolvimento Local de Base Comunitária do PEPAC – Continente” - “Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)”, definindo as tipologias de investimento ou ações a financiar em função da execução da EDL, e submetê-las à aprovação do Órgão de Gestão;
- c) Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos Pedidos de Apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e os critérios de seleção definidos para cada concurso;
- d) Análise dos Pedidos de Pagamento em função da verificação da elegibilidade e regularidade das despesas, dos controlos administrativos adequados, em conformidade

com a legislação comunitária e nacional aplicável, e de acordo com o definido no contrato de atribuição de ajudas;

e) Proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às medidas e ações, bem como sobre a execução da EDL, para a elaboração dos respetivos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional; e

f) Assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua da EDL e preparar os relatórios de execução.

O princípio da segregação de funções será devidamente assegurado na medida em que haverá a separação entre a análise dos Pedidos de Apoio e o respetivo acompanhamento e controlo. Assim, o técnico responsável pela análise de um Pedido de Apoio nunca fará o acompanhamento e controlo, ficando essa função atribuída a outro técnico da ETL.

4. Diagnóstico da situação do território de intervenção

4.1. População

Seguindo como referência os resultados definitivos dos Censos 2021, o desequilíbrio na distribuição da população pelo território português é uma realidade desde há várias décadas, tendo vindo a acentuar-se no período 2011-2021, registando-se uma perda substancial de habitantes no interior e uma crescente concentração polarizadora em torno de Lisboa, do Porto e do Algarve.

De acordo com os mesmos resultados de referência, o território de intervenção evidenciou uma evolução negativa, em termos demográficos, tendo perdido no último período intercensitário -17,24% da sua população, isto é, 2.057 indivíduos. Este fenómeno registou-se em 14 das 15 freguesias que constituem o território e, na freguesia de Silves – uma freguesia com alguma capacidade de geração de emprego – a variação de população nos dez anos analisados foi nula.

A redução substancial da população jovem no território, a diminuição das taxas de fecundidade e a saída da população ativa, aliadas ao aumento da esperança média de vida, convergem na formação de uma estrutura etária, dominada por uma população residente com mais de 60 anos de idade, o que consubstancia uma situação não sustentável de pirâmide etária invertida. Neste sentido, este território é um dos mais envelhecidos e dependentes do território regional e nacional. Em 2021, o Índice de Envelhecimento do País era de 182 e no território de intervenção atingiu o valor médio de 698, ou seja, por cada 100 jovens existem 698 idosos.

4.2. Economia e Emprego

A estrutura empresarial do território é débil, predominando as microempresas, assentes em atividades económicas de baixo valor acrescentado, de baixa intensidade tecnológica e de inovação, e com falta de capacidade exportadora. O tecido empresarial é, neste contexto, gerador de resultados pouco expressivos, impelindo o território para uma posição de baixa atratividade para o investimento produtivo.

Uma radiografia à estrutura de distribuição de emprego por setor de atividade económica, permite constatar que a população empregada no setor terciário representa 53% da população ativa, seguindo-se o secundário com 43% e o primário com 4%. Nesta linha de análise, o território denota uma estrutura fortemente terciarizada, seguindo a tendência nacional de terciarização dominante da base produtiva de Portugal.

As atividades económicas mais relevantes são as ligadas aos recursos endógenos, ao turismo sustentável e à criação de marca (p.e., Serra da Estrela, Penteadora, Termas de Unhais + Complexo SPA em território de Montanha, Aldeias do Xisto e Aldeias de Montanha). Seguindo uma abordagem orientada para a valorização dos recursos endógenos sob a forma de produtos de elevada qualidade e diferenciação, merecem destaque exemplos de produtos na fileira agroflorestal (mel, medronho, cogumelos e pequenos frutos), os produtos agro-biológicos, a pastorícia, entre outros, os quais servem de referência e motivação para um conjunto de intenções de investimento recolhidas e identificadas, pelo GAL ADERES.

4.3. Recursos naturais e culturais

Com 436,7 Km², o território de intervenção do GAL ADERES, compreende uma área geográfica enquadrada no conjunto montanhoso da Cordilheira Central, constituído pelas Serras da Estrela a Norte, da Gardunha a Sudeste, do Açor a Oeste e a do Moradal a Sul. Trata-se de uma região onde se destaca a Serra da Estrela, pela influência no seu clima, na abundância de água, nas características paisagísticas e nas atividades socioeconómicas.

Em termos físicos, é marcado por quatro recursos endógenos, a saber: o Rio Zêzere e seus afluentes; o Pinhal; o Volfrâmio; e o Xisto. Existem as zonas protegidas do PN da Serra da Estrela e a PP do Açor. O casario tradicional possui uma arquitetura própria e os materiais refletem a predominância do granito e do xisto.

No plano cultural, as tradições ancestrais constituem um elemento diferenciador da identidade local, destacando-se a arte sacra, o património imaterial e as expressões das tradições religiosas, como a dos “Penitentes”, a “Encomendação das Almas” e a “Procissão das Pinhas”, sendo estas manifestações únicas deste território. Paralelamente, o território tem-se regenerado com a realização de atividades desportivas e culturais mais recentes, e com impacto em formas de turismo sustentável e na economia local. Exemplos claros destas atividades são o Campeonato Europeu de Pesca à Pluma (Paúl), o Festival da Truta (Paúl), a Festa de Santa Bebiania (Paúl), o Festival Raiz d’Aldeia (Janeiro de Cima) e o Ananda Festival of Bliss (Ourondo).

4.4. Produção, infraestruturas e serviços básicos

No que respeita à produção, com exceção da indústria mineira e de lanifícios, a produção primária continua a ser predominante.

As explorações agrícolas são de micro ou pequena dimensão e pouco mecanizadas. A floresta, que se tem vindo a especializar e a ganhar dimensão social e económica, é a

atividade com maior importância no que ao primeiro setor diz respeito e caminha rumo a uma gestão multifuncional (fileiras da apicultura, da floresta e do turismo sustentável).

Globalmente o território está servido de infraestruturas básicas, não obstante subsistirem insuficiências ao nível da acessibilidade, mobilidade leve, mobilidade adaptada e rede de transportes. Todas as freguesias têm asseguradas funções administrativas de base como sejam as escolas, os centros de saúde e os correios que, fruto de reorganizações administrativas e privatizações, correm o risco de serem extintos.

A localização geográfica do território implica custos de contexto que obstaculizam a inovação e o investimento produtivo. Acresce ainda a deficitária infraestrutura de conectividade de banda larga, limitativa do acesso à informação e às oportunidades de autoemprego e emprego à distância, ou ao crescimento das comunidades residentes de nómadas digitais. Também o fraco investimento em I&D e Inovação, ou o desfasamento na adoção de tecnologias inovadoras, que o território de intervenção tem evidenciado, têm contribuído para condicionar a capacidade de inovação e a competitividade das empresas locais.

4.5. Transição energética e digital

O território de intervenção, face às suas características naturais, pode desempenhar um papel determinante ao nível da produção de energia verde e do sequestro de carbono.

O mesmo território tem um grande potencial para a produção de biomassa vegetal, onde se incluem os resíduos agrícolas e florestais, proporcionando a exploração de oportunidades no que respeita à produção de energia limpa e à criação de bioprodutos com valor acrescentado.

Também no leque de energias renováveis, incluem-se a solar, a hídrica, a geotérmica, a eólica e a biomassa, que desempenham um papel vital no contexto da transição energética. Por conseguinte, o território possui recursos naturais propícios para a geração de energias renováveis, destacando-se como um contribuinte-chave para a produção de eletricidade limpa, captura de carbono e redução de CO₂. A implementação de projetos fotovoltaicos, hídricos, geotérmicos, eólicos e de biomassa, em alinhamento com a ENDC, poderá promover a diversificação da matriz energética de produção/consumo e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

É imperativo reconhecer que, embora repleto de oportunidades, o processo de transição energética e digital também enfrenta desafios notáveis, tornando-se necessário alavancar investimentos significativos em infraestruturas e tecnologias de rede, no sentido de viabilizar essa transformação e garantir o envolvimento das comunidades locais.

4.6. Sustentabilidade e clima

A riqueza dos recursos naturais do território de intervenção do GAL Estrela-Sul enfrenta novos desafios decorrentes dos efeitos das alterações climáticas. Neste sentido, é

essencial adotar medidas de adaptação e mitigação desses efeitos, através da promoção de práticas inovadoras.

O aproveitamento dos recursos naturais deve potenciar a economia circular, com geração de novas formas de empreendedorismo sustentável.

Assim, o território de intervenção, deverá evoluir de acordo com a implementação de um modelo de bioeconomia, que permita substituir a utilização de recursos fósseis por recursos renováveis de base biológica, para produzir alimentos, materiais e energia.

A simbiose entre a agricultura e a floresta, é a força motriz e sustentável do território, pelo que devem ser promovidas práticas agroecológicas orientadas para uma agricultura biológica e sustentável, tendo por base de sustentação um conjunto de projetos e parceiros, que funcionem em rede e potenciem a valorização dos produtos endógenos e a criação de marcas territoriais, com design e certificação, baseadas na sustentabilidade.

O desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes, a promoção da economia circular, a capacitação das comunidades locais e o incentivo à agricultura sustentável, são as vias de desenvolvimento sustentável que o território de intervenção deverá saber percorrer para aspirar a um futuro com maior sustentabilidade e resiliência.

4.7. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

Existem no território de intervenção diversas instituições da economia social, fruto do acentuado envelhecimento demográfico. Estas instituições são Lares, Centros de Dia ou Centros de Convívio. Urge apostar em condomínios de aldeia, espaços comuns de fruição e unidades móveis de acompanhamento e prestação de serviços de saúde e apoio social, que proporcionem à população residente em zonas cuja cobertura social é mais deficitária, uma oferta integrada de serviços que lhes garanta uma maior qualidade de vida e um maior bem-estar físico e psicológico.

Existem ainda necessidades por satisfazer, sobretudo, ao nível das respostas sociais disponíveis para pessoas em situações de emergência social, pobreza (nutricional, energética, etc.), isolamento físico e social, demências, doenças degenerativas, doenças oncológicas, cuidados continuados e outras questões de saúde física e mental ligada à população residente com idade mais avançada.

É também necessário oferecer à população jovem, novos serviços e atividades sociais, culturais e desportivas que potenciem a sua fixação e estimule a captação de novos residentes, assente numa visão de destino de saúde e bem-estar associada ao território de intervenção. O encerramento de serviços na área da saúde, ensino e outros terão de encontrar novas soluções, nomeadamente através das autarquias locais, entidades privadas e instituições de solidariedade social, criando uma rede de serviços intangíveis e “laços invisíveis”, que podem aumentar a qualidade de vida da população residente.

4.8. Análise SWOT

ANÁLISE SWOT	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
População: • Acelerado envelhecimento demográfico • Incapacidade para reverter o despovoamento Economia e emprego: • Desaceleração da atividade económica no território • Desarticulação entre produtos, marcas e o território envolvente • Dificuldade de potenciais empreendedores terem acesso a apoios e a financiamento bancário Recursos naturais e culturais: • Abandono da propriedade rural • Abandono do património rural de cariz arquitetónico • Dispersão de espécies florestais exóticas e invasoras • Perda de identidade local Produção, infraestruturas e serviços básicos: • Presença desordenada de empreendimentos em escala e desajustados da realidade dos povoamentos que os acolhem • Sistema produtivo fundamentalmente orientado para os mercados locais e regionais Sustentabilidade e clima: • Ordenamento agrícola e florestal • Monocultura do pinheiro e do eucalipto Transição energética e digital: • Insipiente aposta por fontes de energia renováveis Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil: • Instabilidade e falta de cooperação estratégica da governança local • Encerramento de serviços básicos nas freguesias (centros de saúde, juntas de freguesia, postos de correios, balcões de entidades financeiras, etc.) • Desfragmentação identitária e perda do sentido de pertença	População: • Novos habitantes do território • Interesse crescente pela qualidade de vida dos territórios rurais Economia e emprego: • Políticas de incentivos governamentais e municipais à fixação de pessoas e empresas • Crescente qualificação da população residente no território, especialmente a jovem • Agricultura familiar: plurirrendimento e pluriatividade Recursos naturais e culturais: • Potencialidades para o uso múltiplo da floresta associando produções tradicionais (medronho, mel, queijo, resina, etc.) com produções inovadoras (plantas aromáticas e ervas medicinais, mirtilo, etc.) • Território com produtos endógenos diferenciados com potencialidades para a criação de DOP e IGP • Imagem e reconhecimento da Serra da Estrela • Redes das Aldeias do Xisto, Grande Rota do Zêzere e W74 Terras do Volfrâmio Produção, infraestruturas e serviços básicos: • Presença de estruturas associativas com dinâmica empresarial no setor florestal • Potencialidades para o uso múltiplo da floresta (fileiras da apicultura, da floresta, do lazer e do turismo sustentável, etc.) • Investimentos realizados em infraestruturas e equipamentos de coesão social • Disponibilidade de terra • Núcleo termal e complexo SPA de Unhais da Serra • Novos nichos de mercado na produção agroalimentar sustentável: medronho, queijo de cabra, mel monofloral, truta, e plantas aromáticas e medicinais Sustentabilidade e clima:

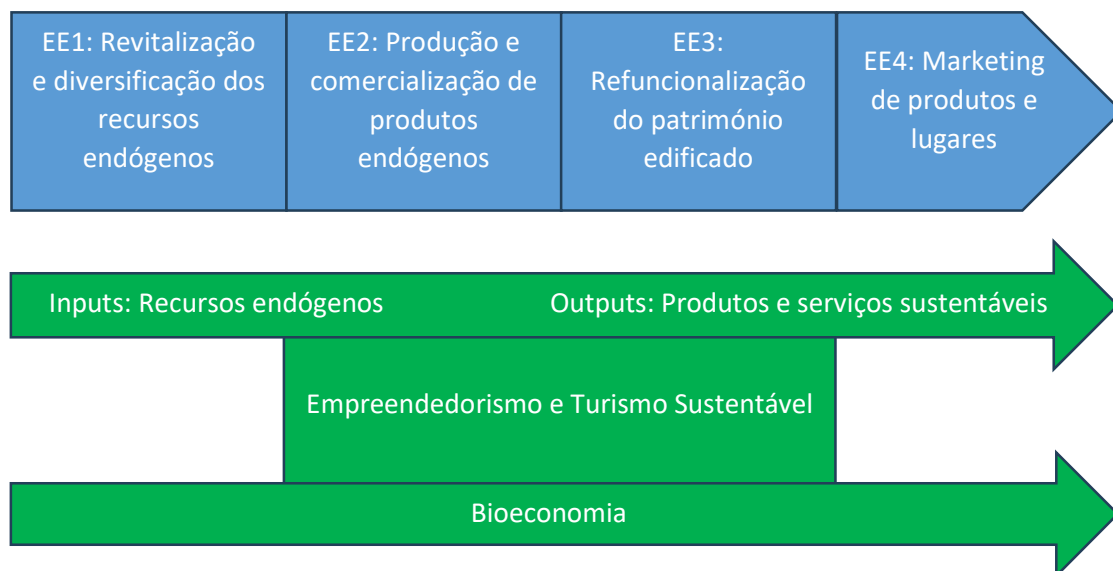
• Desajustamento de formas de propriedade e projetos de cooperação • Ineficiente modelo organizacional e insuficiente e débil cooperação interentidades	• Áreas classificadas de Proteção da Natureza (PN da Serra da Estrela, etc.) Transição energética e digital: • Condições favoráveis para a implantação de estruturas de produção de energias renováveis (energia eólica, fotovoltaica, etc.) Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil: • Programas e políticas de combate à pobreza e exclusão social • Diversidade de marcas territoriais apoiadas nos valores do território
--	--

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
População: • Baixa densidade populacional • Reduzida capacidade de retenção da população, principalmente a jovem Economia e emprego: • Dificuldades estruturais de captação de investimento • Baixa densidade empresarial • Debilidades estruturais do tecido produtivo • Pouca diversidade da oferta de emprego existente • Défice de empreendedorismo inovador • Baixa densidade de recursos humanos qualificados em praticamente todos os setores de atividade presentes no território • Tecido empresarial pouco dinâmico e com pouca qualificação dos seus dirigentes • Inexistência de empresas ou programas de formação de recursos humanos • Insuficiente valorização dos ativos intangíveis de marca, design e propriedade intelectual ligados a produtos endógenos Recursos naturais e culturais: • Sobre-exploração dos recursos naturais do território e consequente desrespeito pela lei das compensações ambientais • Quase inexistente valorização dos produtos endógenos do território	População: • Elevados índices de resiliência da população residente • Forte herança cultural das comunidades residentes • Redes de relações com destinos de emigração Economia e emprego: • Presença de empresas e serviços de qualidade internacionalmente reconhecida e com comprovadas dinâmicas de inovação (Penteadora; H2Otel; Sogitz Beralt) • Entidades do terceiro setor com elevada capacidade para criar emprego • Existência de projetos turísticos estruturantes, tais como, a Rede de Aldeias do Xisto, a Grande Rota do Zêzere, o Parque Temático das Minas da Panasqueira, a Rota Internacional da Lã, a W74 Terras do Volfrâmio, a Rota dos Escritores, o Termalismo, o Turismo de Saúde e Bem-estar, o Turismo Religioso e o Turismo Sustentável • Marcas territoriais reconhecidas e de alto valor intrínseco: Serra da Estrela, Aldeias do Xisto, Grande Rota do Zêzere, Rota Internacional da Lã, W74 Terras do Volfrâmio Recursos naturais e culturais: • Presença de recursos naturais com elevado potencial de exploração (apicultura, medronho, plantas aromáticas e medicinais)

• Inexistência de redes territoriais de animação sociocultural Produção, infraestruturas e serviços básicos: • Elevados custos de contexto territorial • Incipiente capacidade empreendedora • Acessibilidades ao território (vias de comunicação intermunicipais, municipais, vicinais e rurais) • Sinalética inexistente ou de fraca qualidade: indicativa da toponímica ou direcional, mas também de atrativos e/ou infraestruturas de índole turístico • Deficitária rede de transportes públicos • Número limitado de estruturas e serviços orientados para as relações de proximidade Sustentabilidade e clima: • Inexistência de planos de sustentabilidade territorial • Fraca preparação dos setores de atividade associados à exploração dos recursos naturais para enfrentar e mitigar os efeitos das alterações climáticas • Fraco ordenamento urbanístico Transição energética e digital: • Cobertura limitada de internet de banda larga a • Elevado défice na cobertura da rede de comunicações móveis Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil: • Limitada cultura de partilha e cooperação entre entidades locais • Quase inexistente despesa em atividades de I&D, em contexto empresarial	• Diversidade de recursos hídricos sendo o seu expoente máximo o rio Zêzere • Território edafoclimaticamente apto para a exploração de plantas aromáticas e medicinais de alto valor para indústria cosmética e farmacêutica • Iniciativas (programas, projetos, etc.) de recuperação, valorização e conservação do património cultural arquitetónico • Existência de uma Carta Gastronómica e da Restauração da Estrela-Sul Produção, infraestruturas e serviços básicos: • Elevando índice de presença e dispersão de entidades sociais com valências de lar, centro de dia, serviços de apoio domiciliário, etc. • Número crescente de criação de infraestruturas privadas de Turismo Sustentável, em contexto de espaço rural • Diversidade de infraestruturas de lazer (praias fluviais, piscinas naturais, parques de ócio, zonas de descanso, etc.) • Recuperação e valorização patrimonial de espaços históricos e tradicionais Sustentabilidade e clima: • Número de horas de sol e amenidade do clima Transição energética e digital: • Território com elevado potencial energético (fotovoltaico, hídrico, eólico e biomassa) Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil: • Território com forte tradição no âmbito dos movimentos associativos, culturais e desportivos
---	---

5. Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL

Figura 2. Macro-estratégia do GAL ADERES



Fonte: Elaboração própria.

A macro-estratégia do GAL ADERES integra quatro Eixos Estratégicos (EE) principais, designadamente:

EE1: Revitalização e diversificação dos recursos endógenos

- EE1.1: Recuperar e manter os cursos de água e socacos agricultáveis
- EE1.2: Dinamizar a micro agricultura regenerativa, biológica e familiar, e introdução/proteção de espécies impactadas pelas alterações climáticas
- EE1.3: Organizar eventos desportivos sustentáveis, com componentes de recuperação e regeneração dos solos, reflorestação e diversificação dos recursos naturais e ambientais, e responsabilidade social
- EE1.4: Criar áreas francas e digitais de produção/comércio florestal e ambiental e de paisagem protegida

EE2: Produção e comercialização de produtos endógenos

- EE2.1: Valorizar as cadeias curtas e os sistemas agroalimentares locais e sustentáveis, com recurso a energias renováveis
- EE2.2: Fomentar a produção micro familiar, biológica, sustentável e regenerativa
- EE2.3: Apoiar o empreendedorismo feminino, étnico e sénior, em atividades de produção agrícola, turismo sustentável e restauração sustentável
- EE2.4: Criar mercados sustentáveis e circulares (físicos e digitais), com foco na produção integrada e biológica, na certificação de produtos endógenos, e na distribuição e comercialização sustentável

EE3: Refuncionalização do património edificado

EE3.1: Criar uma rede colaborativa das aldeias inteligentes de montanha e do couto mineiro

EE3.2: Criar uma oferta integrada e colaborativa de serviços sociais de suporte como mecanismo de coesão económica e social, geração de emprego e de sustentabilidade social do território (incluindo condomínios de aldeia seniores, serviços móveis de apoio social e lojas de conveniência de produtos endógenos certificados)

EE3.3: Criar uma rede física e digital de miradouros, percursos pedestres, abrigos de montanha e eco-museus

EE3.4: Criar uma rede de escolas rurais de ensino/aprendizagem e I&D e Inovação em desenvolvimento sustentável, com investigação aplicada em economia circular, eco-inovação, alterações climáticas, energias renováveis, biomedicina e bioeconomia, com recurso à ciência dos dados, métodos de previsão, internet das coisas e inteligência artificial

EE4: Marketing de produtos e lugares

EE4.1: Apoiar novas iniciativas de empreendedorismo e turismo sustentável, em contexto simbiótico de montanha e do couto mineiro, com valorização do pico da Estrela para o leito do Zêzere

EE4.2: Valorizar produtos, marcas, design e certificações da fileira agroflorestal e agroalimentar com pendor biológico: sobreiro; oliveira; azeite; nogueira; romãzeiras; figueira; cerejeira; medronho; cão da Serra da Estrela; cabra; truta; mel; resina; queijo; pão; frutos vermelhos e antioxidantes; e plantas aromáticas e ervas medicinais

EE4.3: Lançar a iniciativa agregadora: “Pastor Mineiro: Guardião das Aldeias Serranas e do Couto Mineiro”; como guia físico e digital de animação cultural e turística, na perspetiva de complemento do rendimento dos empreendedores indígenas, e fazendo uso de dados abertos

EE4.4: Criar a Carta Gastronómica e da Restauração das Aldeias Serranas e do Couto Mineiro, com foco na alimentação saudável e na nutrição

6. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais, tendo em vista a elaboração da EDL e a constituição/reforço da parceria (nomeadamente através de evidências fotográficas, registo de presenças, relatórios e conclusões de sessões)

O exercício de planeamento e elaboração da EDL Estrela-Sul 2023-2027 compreendeu três momentos principais.

No primeiro momento realizou-se uma reunião entre a direção da ADERES e a equipa técnica responsável pela elaboração da EDL, da qual resultou uma primeira proposta de eixos estratégicos.

Num segundo momento foi efetuada uma auscultação, junto de partes interessadas e parceiros do GAL ADERES, no sentido de recolher contributos adicionais para efeitos de incorporação na macro-estratégia e na proposta de eixos estratégicos da EDL. Esta

sessão foi realizada no dia 22 de julho na Freguesia de Silveiras, no Concelho do Fundão.

Num terceiro momento foi apresentada a proposta de EDL aos parceiros do GAL ADERES, tendo sido novamente recolhidos e integrados contributos, que garantem uma articulação entre as necessidades por satisfazer no território de intervenção e a própria EDL, entendida como uma peça de planeamento e gestão participativa, com impactos esperados ao nível económico, ambiental e social no território de intervenção do GAL. Esta sessão foi realizada no dia 11 de agosto na Freguesia de Paúl, no Concelho da Covilhã.

7. Evidência da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais, temáticas ou generalistas, para as quais perspetivam uma mais-valia da implementação da EDL

No contexto da NUT II: Centro, a EDL Estrela-Sul 2023-2027, no seu desígnio de promover a competitividade do território pela inovação, através da promoção do empreendedorismo e turismo sustentável, visando a propulsão de um diversificado conjunto de setores de atividade económica do território de intervenção, por intermédio da implementação de um modelo de bioeconomia, articula-se com os seguintes instrumentos de políticas públicas e planeamento estratégico:

- EIT Food RIS3
- Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável – Horizonte 2025
- Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3 do Centro)
- Programa Regional do Centro (Centro 2030)
- Plano Regional de Desenvolvimento Turístico – Região

Em articulação com estratégias sub-regionais, a EDL Estrela-Sul 2023-2027 encontra-se ainda alinhada – e procura desenvolver sinergias de valorização e coesão do seu território de intervenção – com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento da CIM Beiras e Serra da Estrela 2030. Também com o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, e com os Planos de Revitalização da Serra da Estrela e do Pinhal Interior, pelo seu carácter de dinamização dos territórios no período pós-incêndios e por via da sua natureza integrativa de atuação multissetorial tendente à diversificação da base de produção e sustentabilidade do território de intervenção.

Também com o Plano Estratégico do Geopark Estrela pelo seu carácter de valorização dos recursos geológicos e culturais, contribuindo para o enriquecimento das diferentes formas de turismo sustentável. A um nível micro, com o Plano de Gestão Florestal dos Baldios das Cortes do Meio, por via do envolvimento da comunidade na gestão florestal responsável.

Este esforço de integração e criação de sinergias é fundamental para o desenvolvimento económico, ambiental e social do território do GAL ADERES Estrela-Sul.